

## **ANEXO I**

### **RELATORIA: Encontro Nacional 'Favela e Saúde Coletiva'**

Projeto Nacional: "PÓS-COVID-19 e as favelas brasileiras no enfrentamento deste epifenômeno e das crises contemporâneas"

Data e Local: 9 a 11 de outubro de 2025 - Faculdade de Saúde Pública/USP, SP

Financiamento: CNPq/CAPES

#### **I. Apresentação e Introdução**

O Encontro Nacional do projeto "Pós-COVID-19 e as favelas brasileiras" foi realizado entre os dias 9 e 11 de outubro de 2025, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), em formato presencial e híbrido, com transmissão simultânea pelas plataformas digitais do projeto. O evento reuniu pesquisadoras e pesquisadores, lideranças comunitárias, estudantes, profissionais de saúde, gestores públicos e representantes de movimentos sociais de diversas regiões do país, consolidando um espaço plural de intercâmbio, reflexão crítica e socialização das experiências territoriais que compõem o projeto nacional.

O encontro teve como objetivo principal criar um espaço de troca de saberes, fortalecimento de redes e diálogo entre pesquisadores, profissionais de saúde, representantes de movimentos sociais, organizações comunitárias e moradores de favelas, promovendo a construção coletiva de perspectivas críticas sobre o campo da saúde coletiva. Buscou-se articular o conhecimento acadêmico e o saber popular em torno das determinações sociais do processo saúde-doença e das práticas de cuidado em territórios vulnerabilizados, tomando como referência os impactos e desdobramentos da pandemia de COVID-19 e os desafios colocados no contexto pós-pandêmico.

Ao socializar os resultados parciais da pesquisa desenvolvida em dez territórios urbanos e favelas brasileiras, o encontro propôs um balanço coletivo das experiências locais, destacando o papel das favelas como espaços de produção de conhecimento, resistência e formulação de políticas públicas desde a base comunitária. Dessa forma, a proposta articulou a dimensão empírica da pesquisa com a reflexão crítica e política sobre o pós-pandemia, reafirmando o compromisso ético e epistemológico do projeto com a justiça social, a equidade racial e a democratização do conhecimento.

Coordenado de forma coletiva e interinstitucional, o projeto reúne universidades, centros de pesquisa e organizações territoriais das cinco regiões do país. Entre as instituições participantes destacam-se: o Centro de Estudos de Saúde Coletiva do ABC (CESCO/FMABC), a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Amazônia, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade de Fortaleza (Unifor) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A programação foi estruturada em oito mesas temáticas, distribuídas ao longo de dois dias, e integrou exposições de pesquisadoras e pesquisadores, lideranças populares e representantes de políticas públicas, além da exibição de documentário, intervenções culturais e momentos de debate aberto ao público. As discussões abordaram a determinação social da saúde, o racismo estrutural, a territorialidade e a política pública, a saúde mental comunitária, a comunicação popular, as metodologias participativas e os desafios da produção científica em contextos periféricos.

O público participante foi composto por representantes comunitários e culturais, instituições de ensino e pesquisa, profissionais da atenção básica e estudantes de graduação e pós-graduação. Essa diversidade de trajetórias e inserções reforçou o caráter dialógico e interdisciplinar do evento, onde saberes populares e acadêmicos se encontraram em pé de igualdade, produzindo um espaço de escuta, reconhecimento e construção coletiva de conhecimento.

A relevância científica, social e política do encontro reside em sua capacidade de articular análise crítica, produção empírica e incidência territorial, reafirmando as favelas como sujeitos coletivos e protagonistas no campo da saúde coletiva. O evento também contribuiu para o

reconhecimento das experiências populares de cuidado e resistência durante e após a pandemia, indicando caminhos para políticas públicas antirracistas, intersetoriais e territorializadas, capazes de enfrentar os determinantes estruturais das desigualdades sociais em saúde.

*Apresentações em formato de pôster*

Paralelamente às mesas temáticas, o encontro contou com a exibição contínua, no auditório e na transmissão on-line, dos trabalhos submetidos e aprovados pelo edital nacional do projeto “Pós-COVID-19 e as favelas brasileiras”. Ao todo, seis trabalhos selecionados pelo edital integraram as mesas oficiais do evento, compondo as discussões temáticas e ampliando a representatividade territorial da pesquisa. Três desses trabalhos receberam apoio financeiro para viabilizar a participação presencial de seus autores principais, assegurando a presença de lideranças e pesquisadoras(es) de diferentes regiões do país.

Os demais trabalhos de destaque, reconhecidos pelos pareceristas pela relevância científica, social e comunitária, foram apresentados em formato de pôster digital, exibidos em sequência no telão principal durante todo o evento, tanto no espaço físico quanto na transmissão on-line. Essa estratégia permitiu valorizar e dar visibilidade às produções regionais, constituindo um painel visual e dinâmico das experiências, pesquisas e práticas comunitárias em curso nos territórios parceiros.

A ação reforçou o caráter participativo e descentralizado do encontro, ampliando o alcance do debate e reafirmando o compromisso do projeto com a diversidade de vozes e saberes que compõem a rede nacional.

## **II. Objetivos e Metodologia da Relatoria**

A relatoria do Encontro Nacional “Favela e Saúde Coletiva” teve como objetivo registrar, sistematizar e analisar criticamente as discussões e exposições realizados ao longo do evento, compondo um documento de referência para a consolidação das perspectivas teóricas, metodológicas e políticas que emergiram do Encontro.

Seu caráter é simultaneamente documental e analítico: documental, por registrar de forma fidedigna o conteúdo das falas, atividades e interações realizadas nas mesas e espaços culturais; e analítico, por buscar identificar e interpretar os eixos temáticos transversais que atravessaram o conjunto das apresentações, à luz dos referenciais teóricos da saúde coletiva, da determinação sociais da saúde e da crítica às desigualdades estruturais e territoriais.

A relatoria foi desenvolvida com base em observação direta, registros audiovisuais e transcrições das mesas, complementadas por notas de campo, materiais de apoio e documentos produzidos pelos expositores. O processo de sistematização seguiu uma abordagem qualitativa de análise temática e categorial, orientada por três princípios fundamentais:

1. Fidelidade ao conteúdo empírico das falas desenvolvidas nas mesas temáticas;
2. Coerência com os objetivos gerais da pesquisa nacional, centrados nos impactos da pandemia e do pós-pandemia nas favelas brasileiras;
3. Interpretação crítica à luz das dimensões interseccionais de classe, raça, gênero, território e geração.

As discussões e transcrições foram organizadas em unidades analíticas que permitiram a identificação dos eixos transversais do evento, entre eles, os impactos da COVID-19 nas condições de vida e saúde, as respostas comunitárias à crise sanitária, as formas de produção de conhecimento popular, a relação entre Estado, território e política pública, e as perspectivas de uma saúde coletiva antirracista e pós-pandêmica.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho de relatoria também buscou refletir o próprio princípio participativo e dialógico do projeto, adotando procedimentos que valorizam a pluralidade de vozes e saberes. Assim, os registros audiovisuais e transcrições foram submetidos a um processo coletivo de leitura e validação por integrantes das equipes locais, garantindo a coautoria comunitária na construção do documento final.

A análise interpretativa considerou as categorias centrais que estruturam o projeto nacional, articuladas às dimensões históricas e contemporâneas da determinação social da saúde. Essa

perspectiva permitiu compreender os efeitos da pandemia e do pós-pandemia como epifenômenos de uma crise social e civilizatória mais ampla, revelando a profundidade das desigualdades estruturais e os modos de resistência e produção de vida nos territórios periféricos.

Em síntese, a metodologia da relatoria reflete o compromisso do projeto com uma ciência situada, crítica e socialmente comprometida, que reconhece as favelas como sujeitos de produção de conhecimento e como espaços de formulação de políticas públicas emancipatórias.

### **III. Atividades do Evento**

*Dia 09 de outubro - Tarde*

- **Mesa de Abertura — Pós-Covid-19 e as Favelas Brasileiras: Lições e Perspectivas**

O evento foi aberto pelos professores Marco Akerman (FSP/USP) e Silmara Conchão (CESCO/FMABC), com a presença da professora Patrícia Jaime, vice-diretora da Faculdade de Saúde Pública da USP, e de pesquisadoras e pesquisadores dos diversos núcleos que integram o projeto nacional PÓS-COVID-19 e as Favelas Brasileiras.

A professora Patrícia Jaime deu as boas-vindas aos participantes, ressaltando a importância da FSP-USP como espaço de encontro presencial de uma pesquisa que, em grande parte, se desenvolve em formato virtual. Reafirmou o compromisso institucional da Faculdade com um ambiente público, participativo, inclusivo e laico, em sintonia com os princípios da universidade pública e da saúde coletiva.

Em seguida, o professor Marco Akerman apresentou um panorama geral do projeto e destacou os desafios enfrentados na execução das atividades. Agradeceu o apoio do CNPq, mencionando que os recursos disponibilizados possibilitaram a presença de representantes de diversos núcleos, palestrantes convidados e a estrutura do evento. Ressaltou o caráter coletivo da iniciativa e a importância das redes interinstitucionais e comunitárias para o fortalecimento da pesquisa.

Akerman observou a relevância do apoio da CAPES e do CNPq a projetos voltados à compreensão dos impactos da pandemia de Covid-19 nas favelas brasileiras. Destacou também a mudança de nomenclatura adotada pelo IBGE, que passou a utilizar oficialmente o termo “favelas e comunidades urbanas” em substituição a “aglomerados subnormais”, apontando que os dados oficiais indicam cerca de 16 milhões de pessoas (8% da população brasileira) vivendo em 28 mil núcleos. Ressaltou, no entanto, que esses números provavelmente não refletem toda a realidade, pois diversas áreas permanecem fora do mapeamento.

O professor apresentou ainda a disciplina de extensão da FSP-USP intitulada “Covid-19 e favelas: permanências, rupturas e transformações”, voltada à formação crítica de estudantes e ao fortalecimento dos vínculos entre universidade e territórios. Ao mencionar o Dia Nacional das Favelas (4 de novembro), ressaltou a importância do reconhecimento da riqueza social e cultural das favelas e o orgulho de pertencer a esses territórios. Concluiu destacando que o projeto representa mais do que uma iniciativa acadêmica, sendo também um processo de relacionamento, compromisso e diálogo com a sociedade brasileira.

Na sequência, a professora Silmara Conchão apresentou a trajetória que deu origem ao projeto nacional, a partir da experiência “Covid na Favela”, desenvolvida pelo Centro de Estudos em Saúde Coletiva (CESCO/FMABC) no Morro da Kibon, em Santo André. Destacou que a pandemia impulsionou redes de solidariedade e práticas de cuidado nos territórios e que refletir sobre saúde nas favelas implica considerar as condições estruturais de vida, moradia, educação, saneamento, alimentação e cultura, entendendo saúde como parte de um conjunto mais amplo de fatores que determinam a qualidade de vida.

Silmara mencionou ainda as diferenças entre os dados oficiais e as realidades observadas nos territórios, apontando a importância de produzir conhecimento com as comunidades. Relatou a experiência de uma pesquisa do projeto local sobre saúde mental de adolescentes, que enfrenta dificuldades de publicação por adotar linguagem crítica e não hegemônica, defendendo, assim, uma ciência anticolonial e comprometida com a transformação social.

A professora ressaltou a favela como espaço de desigualdade e potência, marcado pela resistência, criatividade e solidariedade diante da ausência do Estado. Abordou as articulações entre racismo estrutural, patriarcado e desigualdade de classe, enfatizando o papel central das mulheres negras e juventudes periféricas. Encerrando sua fala, reforçou que “a favela não é objeto de estudo, é sujeito político”, e agradeceu às instituições de fomento e às equipes de pesquisa, destacando o caráter coletivo e transformador do trabalho.

• **Mesa 1 – Um vírus, múltiplas pandemias: vivências, impactos múltiplos e desiguais**

A primeira mesa do evento foi mediada pela professora Elis Borde (UFMG) e contou com as exposições do professor Jean Segata (UFRGS) e da professora Márcia Thereza Couto (USP). A sessão inaugurou os debates do encontro, abrindo espaço para uma reflexão crítica sobre os múltiplos impactos e permanências da pandemia de COVID-19 no campo da saúde coletiva, nas políticas públicas e nas formas de sociabilidade.

Em sua fala de abertura, a professora Elis Borde ressaltou o prazer e a responsabilidade de moderar a mesa inaugural do encontro, dedicada a compreender as experiências e repercussões da pandemia para além dos números. Relembrou que, o mundo contabilizava números que, embora impactantes, não expressam as consequências sociais, econômicas e simbólicas da pandemia. Destacou que, junto aos impactos epidemiológicos, emergiram processos de precarização da vida, polarização social, recrudescimento da fome e um luto coletivo que atravessou o tecido social e afetivo das populações, especialmente nas favelas e periferias urbanas.

A moderadora enfatizou ainda que a pandemia não afetou “a todos da mesma forma”. Ao contrário, agravou desigualdades históricas e aprofundou as iniquidades sociais em saúde, atingindo de modo particular mulheres, populações negras e periféricas. Borde apontou também o crescimento das violências domésticas e territoriais e os efeitos persistentes da desinformação, do colapso da confiança na ciência e da hesitação vacinal, temas que seriam desenvolvidos ao longo da mesa. Por outro lado, ela destacou como aspecto positivo o fortalecimento das redes de solidariedade e das ações coletivas que emergiram nos territórios populares “contra, além e apesar do Estado”, configurando experiências de resistência e proteção comunitária que continuam vivas e atuantes no pós-pandemia.

Em seguida, o professor Jean Segata (UFRGS) apresentou a exposição intitulada “Covid longa: sintomas, incertezas e injustiças epistêmicas”. A partir de uma abordagem antropológica e crítica, discutiu a Covid longa como condição social e política, que desafia a lógica biomédica tradicional e questiona as fronteiras entre saúde e doença. Explicou que os sintomas intermitentes e subjetivos da condição, fadiga, dor, alterações cognitivas, frequentemente escapam às categorias clínicas e estatísticas, revelando uma produção institucional de invisibilidade que mantém muitos pacientes sem diagnóstico, assistência ou reconhecimento.

Segata problematizou a ideia biomédica de cura como retorno à normalidade, afirmando que a experiência da Covid longa convoca a repensar a saúde como processo histórico, simbólico e relacional. Argumentou que a ausência de escuta e a desvalorização das narrativas de pacientes configuram formas de injustiça epistêmica, particularmente em relação a corpos femininos, racializados e periféricos. Defendeu, por fim, que compreender o fenômeno requer considerar as intersecções entre ciência, política e subjetividade, abrindo espaço para epistemologias plurais e narrativas de resistência.

Na sequência, a professora Márcia Thereza Couto, foi apresentada por Elis Borde como a primeira mulher professora titular do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, um marco histórico que simboliza as transformações de gênero e poder no campo da saúde coletiva. Em sua exposição, Couto abordou o tema da hesitação vacinal e os desafios contemporâneos da comunicação pública em saúde, situando a discussão no contexto histórico das políticas de imunização no Brasil. Iniciou recuperando a trajetória do Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado durante o regime militar, mas consolidado e fortalecido pela mobilização social em torno da vacinação como prática de cuidado coletivo e expressão do direito à saúde.

A pesquisadora destacou que, a partir de 2013, o país passou a registrar uma queda progressiva das coberturas vacinais, acompanhada por mudanças no perfil da hesitação. Antes restrita a contextos de vulnerabilidade social, a recusa vacinal passou a ser mais frequente entre camadas médias e altas, urbanas e escolarizadas, que passaram a ver na não vacinação um marcador de distinção e autonomia individual. Couto problematizou esse deslocamento, analisando-o como expressão de um individualismo de classe e da crescente mercantilização do cuidado, fenômenos que fragilizam o pacto coletivo construído em torno do SUS.

Ao tratar das causas contemporâneas da hesitação vacinal, enfatizou a crise de confiança institucional agravada pela pandemia, a proliferação de desinformações nas redes sociais e a ausência de estratégias comunicativas humanizadas e territorializadas. Defendeu a necessidade de políticas de comunicação em saúde baseadas na escuta, na mediação cultural e na valorização das linguagens comunitárias, capazes de reconstruir laços de confiança entre Estado, ciência e população.

Em suas considerações finais, a professora Márcia Couto reafirmou a importância de reconstruir o pacto coletivo pela saúde pública e pela vacinação, com base na memória social, na ancestralidade e na valorização das práticas de cuidado desenvolvidas nas favelas, nos movimentos sociais e nas famílias brasileiras.

A mesa encerrou-se com intervenções do público e uma breve síntese da mediadora, que destacou a relevância das apresentações para a compreensão dos efeitos duradouros da pandemia e das múltiplas desigualdades que ela evidenciou. O debate reafirmou o papel da saúde coletiva como campo de pensamento e ação comprometido com a escuta, a solidariedade e a justiça social, consolidando o tom crítico e propositivo que marcaria todo o encontro.

- **Mesa 2 – Mobilização social e promoção da saúde nas favelas**

A segunda mesa do evento, contou com as participações de Lúcia Cabral (PUC-Rio, Complexo do Alemão), Adriana Ferreira da Silva – Drica (UFG, Ocupação Alto da Boa Vista) e Gladson Rosas (UFAM, Parintins), sob mediação da professora Jacqueline Lima (UFG). A transmissão pelo canal do YouTube foi acompanhada por Maria Goretti Queiroz (UFG) que interagiu com o público remoto. A sessão teve como eixo central o papel das mobilizações comunitárias na promoção da saúde e na defesa dos direitos sociais em territórios populares.

A fala de Lúcia Cabral, representante do Complexo do Alemão, apresentou a experiência da “Caminhada pela Saúde”, iniciativa surgida durante a pandemia da Covid-19 e mantida como prática de promoção da saúde, expressão cultural e ação política no território. O movimento, idealizado em meio ao contexto de luto e incerteza, foi descrito como uma forma de reafirmação da vida e de resistência coletiva. A expositora destacou a importância das mulheres negras na organização comunitária e na construção de estratégias de comunicação, solidariedade e cuidado diante da ausência do Estado. A caminhada foi apresentada como um gesto simbólico de memória, denúncia e afirmação da dignidade, consolidando-se como ação educativa e mobilizadora que fortalece o vínculo entre território e saúde.

Na sequência, Adriana Ferreira da Silva (Drica) relatou a trajetória da Ocupação Alto da Boa Vista, em Aparecida de Goiânia (GO), destacando o processo de auto-organização popular diante do déficit habitacional, da precariedade dos serviços públicos e das respostas violentas do poder público às demandas por moradia. A expositora relatou que, durante a pandemia, a ocupação recebeu centenas de famílias despejadas, duplicando de tamanho e exigindo novas formas de organização social. Em meio à crise sanitária, foram criadas ações de prevenção e comunicação comunitária, com visitas e orientações sobre cuidados de higiene e contágio, além da mobilização de doações e distribuição de alimentos.

Drica destacou conquistas obtidas a partir da mobilização, como a criação de um CEP próprio, o início do acesso a serviços públicos essenciais e a implementação de uma cozinha solidária popular, voltada à segurança alimentar. Ressaltou que a mobilização comunitária possibilitou avanços concretos nas condições de vida e saúde, demonstrando a relevância da organização coletiva para o fortalecimento dos direitos básicos.

Encerrando a mesa, Gladson Rosas, representante do núcleo de Parintins (UFAM), apresentou a experiência do Comitê Pós-Covid-19 e Comunidades Urbanas, criado para articular ações de enfrentamento à pandemia e de apoio às populações urbanas e ribeirinhas da região amazônica. Destacou que a pandemia teve impacto profundo sobre essas comunidades, revelando as desigualdades históricas e as limitações do acesso aos serviços de saúde. O comitê atuou como espaço de articulação entre saberes científicos e populares, fortalecendo redes locais de cuidado, comunicação e enfrentamento à desinformação. Rosa ressaltou ainda a importância da ancestralidade e da memória amazônica como fundamentos das estratégias de solidariedade e de resistência comunitária, e a relevância da atuação conjunta entre universidade e território para a consolidação de práticas de saúde baseadas na escuta e na co-produção de conhecimento.

A mesa foi marcada pela diversidade das experiências apresentadas e pela convergência em torno da mobilização social como prática de saúde, demonstrando o protagonismo das comunidades na criação de respostas autônomas frente às desigualdades.

O encerramento do dia foi dedicado ao reconhecimento das iniquidades históricas persistentes e à reafirmação da necessidade de fortalecimento do SUS e das políticas públicas de base territorial, construídas em diálogo direto com os sujeitos e coletivos das favelas e ocupações urbanas.

*Dia 10 de outubro – Manhã*

- **Mesa 3 – A Favela na Saúde Coletiva: um panorama I**

A manhã do segundo dia foi dedicada à mesa “A Favela na Saúde Coletiva: um panorama I”, que apresentou experiências selecionadas entre 76 trabalhos submetidos ao edital público do projeto nacional Pós-Covid-19 e as Favelas Brasileiras. A sessão foi mediada pelo professor Frederico Vianna (UFRGS), com apoio de Thayla na mediação do canal do YouTube, e contou com a participação de pesquisadoras e lideranças comunitárias de diferentes regiões do país.

A mesa teve início com a exposição de Adriana Correia Farias (Vila Pedreira – Porto Alegre), que apresentou a experiência da Cozinha Solidária da Vila Pedreira, criada no contexto da pandemia de Covid-19 como resposta comunitária às dificuldades de acesso à alimentação e aos serviços de saúde. Em seu relato, Adriana descreveu como a iniciativa surgiu da mobilização de moradores e agentes populares de saúde que atuavam porta a porta, orientando sobre higiene, uso de máscaras e prevenção do contágio. Com o agravamento da crise sanitária e social, a cozinha passou a produzir entre duas e três mil refeições por dia, destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente recicladores e trabalhadores informais impedidos de exercer suas atividades durante o distanciamento social inerentes ao momento.

A expositora destacou que o grupo era composto majoritariamente por mulheres da comunidade, responsáveis tanto pela produção das refeições quanto pela organização das doações. Em 2024 somou-se as demandas, o acolhimento de famílias atingidas pela enchente que assolou toda a região sul do país. Relatou também as dificuldades enfrentadas com o fechamento dos serviços de saúde mental e a sobrecarga emocional das equipes, que acompanharam de perto o luto e o sofrimento de vizinhos e familiares durante o período mais grave da pandemia.

Além da atuação emergencial, Adriana mencionou a continuidade das ações após o período crítico, com a criação de uma biblioteca comunitária e o fortalecimento de atividades educativas e culturais voltadas para jovens, com foco na prevenção da automutilação, do suicídio e da evasão escolar. Enfatizou ainda a importância da mobilização local na defesa do serviço público de saúde e contra a descontinuidade dos atendimentos em saúde mental na zona sul de Porto Alegre.

A fala foi seguida de breve contextualização do mediador Frederico Vianna, que relembrou a trajetória histórica de mobilização sanitária da região, incluindo a ocupação do Posto de Atendimento Médico 3 (PAN 3), em 1988, episódio marcante do movimento pela municipalização da saúde e pela consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na sequência, Renato Maciel Dantas (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro / UFRJ) apresentou o trabalho “Direitos Humanos, participação social e *advocacy* nas favelas cariocas”, desenvolvido a partir de sua pesquisa de mestrado. O estudo buscou compreender as práticas de

advocacy, mobilização e defesa de direitos realizadas por lideranças comunitárias integrantes da Rede de Comunidades Saudáveis, coordenada pelo Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS).

O expositor informou que o recorte empírico envolveu 15 lideranças de diferentes territórios do município do Rio de Janeiro, entrevistadas entre outubro e dezembro de 2021, dentre um total de mais de 120 representantes de iniciativas locais que compõem a Rede. Essas lideranças atuam em distintas frentes (educação, segurança alimentar, grupos de mulheres, profissionais do sexo, população LGBTQIA+, hortas comunitárias e ações de prevenção de doenças) e compartilham experiências voltadas à promoção da saúde e à redução das desigualdades.

Durante a exposição, Renato apresentou um panorama dos principais desafios relatados pelas entrevistadas e entrevistados, destacando a insegurança alimentar, o desemprego, a uberização do trabalho, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o agravamento dos conflitos armados e a impossibilidade de distanciamento social em domicílios superlotados.

O expositor detalhou o referencial metodológico utilizado, baseado em quatro dimensões do advocacy na promoção da saúde: (I) ativismo comunitário, ligado à luta por causas e à mobilização local; (II) desenvolvimento comunitário, envolvendo ações de formação, capacitação e informação; (III) reforma político-social, associada à participação em conselhos, comitês e processos decisórios; (IV) representação e incidência política, voltada à defesa de grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Foram apresentados exemplos concretos dessas dimensões observadas nas entrevistas, como a atuação em conselhos de saúde e segurança alimentar, a participação em projetos com universidades e instituições públicas, e o envio de informações epidemiológicas sobre a Covid-19 à Fiocruz. O expositor também relatou casos de mobilização direta para garantir atendimento e direitos, como a articulação com a Defensoria Pública para assegurar acompanhamento domiciliar a pacientes acamados.

Renato descreveu ainda as estratégias de comunicação utilizadas pelas lideranças durante a pandemia, especialmente o uso do *WhatsApp* para disseminar informações confiáveis, combater *fake news* e incentivar a vacinação. Mencionou a importância das ações solidárias entre os grupos, que frequentemente compartilham doações e recursos entre si, fortalecendo o trabalho coletivo da rede. O expositor concluiu destacando que as práticas observadas revelam a capacidade de articulação, cooperação e enfrentamento das lideranças de favela diante das dificuldades impostas pela pandemia e pela conjuntura social do período.

Na sequência, Leonardo Mazumessi (Faculdade de Saúde Pública – USP) apresentou, em parceria com Stefani, representante do Observatório De Olho na Quebrada/UNAS-Heliópolis, o trabalho “Novas crises, novos significados e ações: ligando o discurso técnico ao conhecimento local e à adaptação em favelas por meio de pesquisa participativa”.

A apresentação teve como eixo a experiência do projeto “Jovens Pesquisadores de Heliópolis”, desenvolvido no âmbito da Faculdade de Saúde Pública da USP, sob coordenação do professor Leandro Giatti, em cooperação com o *Observatório De Olho na Quebrada*. O projeto surgiu da continuidade de uma pesquisa anterior (o PanEx Youth, realizada em parceria com universidades do Reino Unido e da África do Sul) e busca promover o diálogo entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento popular produzido nos territórios periféricos.

Leonardo apresentou o percurso do trabalho e suas metodologias de caráter participativo, destacando o envolvimento de nove jovens pesquisadores da comunidade de Heliópolis e sete pesquisadores acadêmicos, ao longo de 14 encontros presenciais, realizados entre agosto e abril. O projeto utilizou ferramentas como mapas falantes, linhas do tempo, cartografias participativas, registros audiovisuais e produção de materiais educacionais, com o objetivo de identificar percepções locais sobre risco, vulnerabilidade e adaptação frente às crises contemporâneas.

A exposição apresentou ainda o referencial de análise sistêmica de riscos, aplicado para compreender a inter-relação entre as múltiplas crises enfrentadas nos territórios, como a Covid-19, as mudanças climáticas e a insegurança alimentar. Leonardo destacou que a abordagem sistêmica

permite articular dados técnicos e vivências cotidianas, ampliando a compreensão das dinâmicas territoriais de risco e cuidado.

Foram apresentados exemplos de produtos gerados pelo projeto, como mapas colaborativos de Heliópolis, diagramas de interconexão de riscos e um vídeo produzido integralmente pelos jovens do Observatório, que sintetiza o processo de pesquisa e as interpretações locais sobre os impactos da pandemia e das crises ambientais.

Na sequência, Stefani, integrante do Observatório De Olho na Quebrada, ressaltou o papel formativo e afetivo do projeto, relatando o intercâmbio de experiências com outros observatórios comunitários do Rio de Janeiro e de São Paulo (como o Observatório de Favelas da Maré, o LabJaca e o Talab) no estudo das relações entre racismo ambiental e mudanças climáticas. A participante enfatizou que o trabalho coletivo possibilitou ampliar o acervo e fortalecer o vínculo entre universidades e territórios, reconhecendo os jovens como produtores legítimos de conhecimento sobre suas realidades.

A exposição de Leonardo e Stefani evidenciou a construção colaborativa entre pesquisa acadêmica e comunicação comunitária, apresentando as metodologias participativas como instrumentos de registro, reflexão e engajamento social.

Encerrando as apresentações, Camila Bianca Amaral e Silva e Vitória, pesquisadoras vinculadas à Faculdade de Saúde Pública da USP, apresentaram o trabalho "Preservando a memória da comunidade: comunicação e estratégias de mídia após a Covid-19 no Jardim Colombo, São Paulo", desenvolvido no âmbito do projeto internacional *SMAPL* (Social Mobilization as a Lever for Public Policies), com financiamento da FAPESP e da plataforma TAP.

O estudo integra uma pesquisa comparativa realizada em quatro países (Brasil, Peru, Canadá e Alemanha) e, no caso brasileiro, teve como campo o Jardim Colombo, comunidade localizada na zona oeste de São Paulo e integrante do complexo de Paraisópolis. O projeto buscou compreender como as práticas de comunicação e mobilização social nas favelas podem fortalecer respostas a emergências sanitárias, tomando a experiência da pandemia de Covid-19 como referência.

As expositoras explicaram que a iniciativa teve enfoque na memória comunitária e na produção colaborativa de narrativas locais, com ênfase na atuação das mulheres moradoras da comunidade. A metodologia adotada foi inspirada em Paulo Freire, priorizando o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Foram realizadas oficinas audiovisuais, entrevistas em história oral e atividades de registro digital, com participação de dez mulheres, com idades a partir de 35 anos, que compartilharam relatos sobre o cotidiano da pandemia, o cuidado familiar e a reorganização da vida comunitária.

As atividades ocorreram em dois espaços principais: a residência de uma das moradoras, dona Hilda, e o Centro Intergeracional (CCI Inter), parceiro local do projeto, que abriga o Projeto Viver, voltado à inserção digital e à troca intergeracional de saberes. As oficinas utilizaram celulares como instrumentos de registro audiovisual, valorizando o acesso e a autonomia das participantes.

Como resultados, foram apresentados um memorial digital da Covid-19 no Jardim Colombo, hospedado em site próprio com depoimentos e imagens das participantes, e o livro "Preservando a Memória da Comunidade", publicado em formato impresso e digital. A obra, ilustrada pela artista periférica Bruna Bandeira (Jardim Ângela – SP), apresenta em linguagem de história em quadrinhos (HQ) os relatos coletivos das mulheres, tornando o material acessível e identificável para as moradoras da comunidade.

Os exemplares impressos foram distribuídos entre as participantes, em bibliotecas comunitárias de Paraisópolis e na Chácara do Jockey, e a versão digital permanece disponível ao público. As pesquisadoras destacaram que a publicação teve também caráter devolutivo, assegurando o retorno dos resultados à comunidade participante.

Durante a apresentação, foi exibido registro fotográfico da visita da pesquisadora Teresa, integrante da equipe internacional do projeto, que realizou intercâmbio com o grupo do Jardim Colombo. O momento simbolizou a continuidade do diálogo entre os países e o reconhecimento da experiência brasileira no campo da mobilização social e comunicação em saúde.

Camila e Vitória encerraram destacando o papel das mulheres periféricas como sujeitas produtoras de conhecimento, reforçando o compromisso de devolver à comunidade os aprendizados da pesquisa. A fala foi concluída com a frase que orienta o projeto: *"Nunca volte para sua quebrada de mão e mente vazias."*

- **Mesa 4 – Saúde Antirracista nas Favelas Brasileiras**

A manhã seguiu com a exibição do documentário "Saúde Antirracista na Favela, é possível?", que apresentou relatos e experiências de moradores e profissionais de saúde de diferentes territórios, destacando práticas de enfrentamento ao racismo e iniciativas locais de cuidado e promoção da saúde.

Em continuidade, teve início a Mesa 4, intitulada "Saúde Antirracista nas Favelas Brasileiras", mediada pela professora Silmara Conchão (CESCO/FMABC) e que contou com as exposições de Natália Tatanca (Fortaleza/CE) e Mônica Mendes (FSP-USP). A mediadora também foi responsável por interagir com o público remoto, via transmissão pelo YouTube. A atividade teve como objetivo debater de que forma o racismo estrutural atravessa o acesso à saúde, as desigualdades territoriais e os efeitos dessas condições na vida da população negra e periférica.

Na abertura, a professora Silmara Conchão contextualizou o tema a partir de sua experiência no Morro da Kibon (Santo André/SP), relatando vivências em campo com estudantes da Faculdade de Medicina do ABC durante a pandemia de COVID-19. Descreveu as contradições entre o isolamento recomendado pelas campanhas oficiais e as condições reais de vida das famílias nas favelas, além de episódios de violência policial, apontando como o racismo estrutural afeta cotidianamente as relações de cuidado e de proteção à vida nos territórios populares.

Em seguida, apresentou as convidadas Natália Tatanca (Fortaleza/CE) e Mônica Mendes (FSP-USP), destacando a importância de suas pesquisas e experiências para a construção coletiva de uma perspectiva de saúde antirracista.

A primeira apresentação foi realizada por Natália Tatanca, psicóloga, mestra e liderança comunitária do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (Fortaleza/CE).

Natália iniciou sua fala apresentando o território do Grande Bom Jardim, uma das áreas com piores indicadores de desenvolvimento humano de Fortaleza, com cerca de 230 mil habitantes e altos índices de violência.

Com base em 17 anos de atuação no movimento, descreveu a experiência de cogestão do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) local, realizada entre a comunidade e a Secretaria Municipal de Saúde, destacando que essa prática reconhece a comunidade como parte do problema e parte da solução.

Abordou o racismo como determinante social do processo saúde-doença, enfatizando que ele define quem adocece, quem é escutado e quem recebe cuidado nos serviços de saúde. Relatou a adoção de práticas integrativas e complementares (PICs) - como reiki, escalda-pés e meditação -, desenvolvidas em articulação com universidades e com a Fiocruz, como estratégias de acolhimento e cuidado coletivo.

Apresentou ainda a Abordagem Têmica Comunitária, tecnologia social criada no território e reconhecida pela Fundação Banco do Brasil, como metodologia terapêutica voltada à saúde mental. Mencionou colaborações internacionais, como com o Ministério da Saúde da Bolívia, e destacou que o movimento completará 30 anos em 2026.

Concluiu afirmando que uma saúde antirracista nas favelas é possível e depende do fortalecimento das redes comunitárias e do reconhecimento, pelas políticas públicas, das experiências populares de cuidado e dos saberes tradicionais afro-brasileiros e indígenas.

Na sequência, a professora Mônica Mendes (Faculdade de Saúde Pública da USP) apresentou reflexões a partir de sua pesquisa sobre relações raciais na saúde e da pergunta central que orienta seu trabalho: "É possível um SUS antirracista?"

A expositora abordou o racismo estrutural como elemento constitutivo das políticas públicas, ressaltando que, embora estas sejam formalmente concebidas como instrumentos de proteção, o racismo frequentemente impede sua efetividade, transformando-as em mecanismos de exclusão e reprodução da violência.

Explicou que o racismo não apenas afeta as condições de vida nas favelas, mas molda a própria existência desses territórios, uma vez que sua formação histórica está associada a processos de segregação racial e espacial que negaram à população negra o acesso pleno a direitos básicos como moradia, saneamento, segurança e saúde.

Com base em autores como Luiz Aguiar da Costa Pinto, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e no modelo dialético de análise do racismo, Mônica apresentou o conceito de tridimensionalidade do racismo, que abrange: a dimensão das ideias, responsável pela produção e disseminação de estigmas e representações de inferioridade; a dimensão política e institucional, que operacionaliza a desigualdade por meio de leis e práticas estatais; a dimensão estrutural, que naturaliza a hierarquização racial nas formas de produção da vida social e econômica.

A partir dessa leitura, argumentou que as políticas antirracistas devem incidir simultaneamente sobre as três dimensões, e não apenas sobre a esfera simbólica ou comportamental. Destacou que o campo da saúde coletiva, ao concentrar-se nas consequências psicossociais do racismo, muitas vezes deixa de enfrentar suas causas estruturais e materiais.

Defendeu a revalorização do modelo de determinação social do processo saúde-doença, por ser aquele que permite incluir fatores como a violência policial, o genocídio da juventude negra e a ausência de saneamento básico, compreendendo a saúde como um fenômeno político e histórico.

Encerrando sua exposição, afirmou que não é possível promover saúde sem enfrentar o racismo, e que o compromisso com o antirracismo exige ações estruturais e políticas, além das práticas clínicas e educativas.

Após as exposições, a mediadora Silmara Conchão retomou a palavra, destacando a relevância do debate para os propósitos do evento: articular a discussão sobre favela e saúde coletiva a partir das desigualdades estruturais e raciais que atravessam a vida cotidiana nos territórios populares. Enfatizou que as falas revelaram o impacto do racismo nas experiências de cuidado e na formulação das políticas públicas, apontando também os modos de resistência e sobrevivência produzidos pelas comunidades.

- **Mesa 5 — A Favela na Saúde Coletiva: um panorama II**

A última mesa da manhã foi mediada pela professora Mirna Frota (Universidade de Fortaleza — UNIFOR), integrante da coordenação ampliada do projeto “Pós-Covid-19 e as favelas brasileiras”. A mediadora abriu a sessão agradecendo a presença do público e destacando a importância das discussões realizadas ao longo do evento. Informou que o núcleo Fortaleza está organizando um novo encontro, em parceria com o setor de Responsabilidade Social da UNIFOR, para apresentação dos projetos comunitários desenvolvidos no território do Dendê, vinculados à pesquisa nacional.

Compuseram a mesa as pesquisadoras Catarina Mansano (Faculdade de Saúde Pública da USP), Maraísa Costa (Universidade de Fortaleza — UNIFOR) e Núbia Vieira (Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG). O professor Tiago Danieli (UNIFOR) acompanhou a transmissão pelo canal do YouTube, interagindo com o público remoto.

A primeira exposição foi realizada por Catarina Mansano, que apresentou o trabalho “A resposta à pandemia de COVID-19 no Complexo de Paraisópolis (SP): atuação do Fórum Multientidades nos anos de 2020 e 2021”, resultado de sua pesquisa de iniciação científica sob orientação da professora Deisy Ventura (USP). O estudo integra o projeto internacional SMAPL, desenvolvido em parceria com universidades do Canadá, Alemanha e Peru, e financiado pela FAPESP.

A pesquisa analisou a atuação do Fórum Multientidades de Paraisópolis, criado em 1994 e composto por mais de 80 organizações locais, como espaço de articulação intersectorial durante a pandemia. A autora explicou que o Fórum se organiza por meio de reuniões mensais com participação de instituições públicas, privadas e lideranças comunitárias, e que durante a crise sanitária se tornou um importante canal de circulação de informações seguras e coordenação de ações coletivas. Foram analisadas 23 atas de reuniões (2020–2021), entrevistas com atores-chave (incluindo profissionais de saúde da UBS local e representantes do Programa Einstein Comunidade Paraisópolis) e observação participante em quatro encontros realizados em 2024.

Os resultados evidenciaram a relevância do Fórum como espaço de integração entre saúde, educação, assistência e cultura, promovendo respostas comunitárias à desinformação e à ausência de políticas públicas adequadas. Catarina concluiu destacando a importância do fortalecimento das redes locais e da valorização dos saberes comunitários como instrumentos de enfrentamento às desigualdades.

Em seguida, Maraísa Costa, doutoranda e pesquisadora bolsista do projeto “Pós-Covid-19 e as favelas brasileiras”, apresentou o estudo “Vigilância em saúde de base territorial nas favelas brasileiras: uma revisão de escopo sobre práticas e desafios”. A pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNIFOR, teve como objetivo sistematizar evidências científicas sobre práticas e desafios da vigilância territorial em favelas brasileiras entre 2003 e 2024. Seguindo o framework metodológico de Arksey e O’Malley e as diretrizes PRISMA, foram consultadas as bases SciELO, LILACS, PubMed e Medline, com inclusão de 32 estudos que abordavam práticas de vigilância comunitária, participação social e integração entre vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.

Os resultados indicaram que 78% das publicações utilizam abordagem qualitativa, concentradas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. As práticas mais frequentes envolvem cartografia participativa, busca ativa, educação em saúde e ações intersetoriais, com protagonismo dos agentes comunitários de saúde. Entre os principais desafios identificados, destacaram-se a insuficiência de recursos, a fragmentação das políticas, a rotatividade de profissionais e a insegurança decorrente da violência armada. Maraísa concluiu ressaltando o potencial da vigilância territorial como estratégia de fortalecimento das redes comunitárias, defendendo a valorização dos saberes locais e o reconhecimento das favelas como espaços de produção de conhecimento e resistência.

A terceira exposição foi realizada por Núbia Vieira (UFMG), que apresentou o trabalho “Fronteiras da não cidade: aproximações geográficas para pesquisar saúde e processo saúde-doença nas favelas brasileiras”. A pesquisadora iniciou sua fala com uma referência à educação popular, destacando a necessidade de unir razão e afeto na produção do conhecimento. A apresentação propôs uma leitura geográfica crítica da relação entre cidade, território e saúde, dialogando com autoras e autores como Elis Borde, Hermínia Maricato, Raquel Rolnik, João Pacheco de Oliveira e David Harvey.

Núbia analisou o uso recorrente da categoria “vulnerabilidade” na literatura sobre favelas, apontando a tendência à perda de historicidade e à limitação técnica dessa noção. Defendeu a substituição da abordagem meramente locacional (que entende a favela apenas como “ponto no mapa”) por uma concepção relacional e histórica do espaço, considerando a favela como parte constitutiva do processo de formação nacional. Apresentou a proposta metodológica de “fronteira como dispositivo epistemológico”, inspirada em Sandro Mezzadra, para compreender as favelas como territórios em permanente disputa pela terra, pela força de trabalho e pelo direito à cidade. Concluiu que compreender as “fronteiras da não cidade” implica reconhecer as favelas como expressão das contradições estruturais do desenvolvimento urbano brasileiro e como lugares de produção de saberes e lutas.

Ao final das exposições, a mediadora Mirna Frota agradeceu às palestrantes, ressaltando que os trabalhos apresentados foram selecionados entre as submissões ao edital do encontro e que expressam a diversidade de abordagens e metodologias do projeto nacional. Destacou a relevância das contribuições de Catarina Mansano, ao analisar a articulação comunitária em Paraisópolis; de Maraísa Costa, pela sistematização das práticas de vigilância territorial; e de Núbia Vieira, pela reflexão crítica sobre o conceito de espaço e sua relação com a saúde coletiva.

*Dia 10 de outubro – Tarde*

- **Mesa 6 – Dimensões históricas e territoriais da determinação social dos processos de saúde, doença, cuidado e morte**

A mesa teve início com a mediação da professora Maria Cristina Marques (FSP/USP), que apresentou o tema e as convidadas, destacando a relevância da discussão sobre a determinação social do processo saúde-doença e sua historicidade como eixo estruturante da saúde coletiva. A interação remota da mesa foi realizada por Yuri (UFMG). Em sua fala de abertura, a professora Cristina contextualizou a emergência do conceito nas décadas de 1970 e 1980, vinculado às lutas políticas e

democráticas latino-americanas e à formulação de uma compreensão histórico-estrutural e dialética da saúde, em contraposição às abordagens funcionalistas e biologizantes. Ela recuperou o papel do conceito na formação da epidemiologia social latino-americana e no movimento da reforma sanitária brasileira, além de mencionar as críticas formuladas a partir dos anos 1990, entre elas, a acusação de determinismo e a ausência da dimensão subjetiva e cultural. Encerrou sua introdução defendendo a atualidade do conceito e sua potência para compreender as contradições estruturais, as desigualdades e o papel do Estado na conformação dos territórios e das condições de vida.

Em seguida, a Dra. Ana Rodopiano (USP) apresentou a exposição “Historicidade da determinação social da saúde e os desafios contemporâneos”. A pesquisadora iniciou com uma reflexão histórica sobre as epidemias e a permanência de iniquidades sociais em contextos pandêmicos, evocando o episódio da gripe espanhola de 1918 e suas expressões de desassistência nos morros do Rio de Janeiro como paralelo à pandemia de COVID-19. A partir desse marco, desenvolveu uma análise sobre a trajetória histórica do conceito de determinação social da saúde, situando sua formulação na América Latina em diálogo com a medicina social e com as ciências sociais, sob o contexto político das ditaduras militares. Destacou o papel da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) na difusão inicial dessa abordagem e, posteriormente, a inflexão em sua agenda nos anos 1980, quando a instituição passou a adotar referenciais vinculados à lógica dos determinantes sociais da saúde, de caráter mais positivista e individualizante.

A expositora apresentou um panorama histórico que incluiu a reforma sanitária brasileira, a criação do SUS e as transformações do campo da saúde coletiva nos anos 1990 e 2000, marcadas pela influência neoliberal e pela priorização de modelos gerenciais e de eficiência. Finalizou apontando a reatualização contemporânea da determinação social da saúde a partir da pandemia de COVID-19, de sua articulação com conceitos como racismo estrutural, necropolítica, crise climática e interseccionalidade, e de sua relevância para compreender o adoecimento e a resistência nas favelas e periferias brasileiras.

Na sequência, a Professora Elis Borde (UFMG) apresentou a exposição “Perspectiva histórico-territorial da determinação social dos processos de saúde, doença, cuidado e morte”. A pesquisadora abordou o processo de atualização teórica da determinação social, destacando o esforço recente em detalhar e explicitar o significado do “social” na expressão do conceito. Propôs uma perspectiva histórico-territorial, que enfatiza a produção dos fenômenos de saúde em territórios e tempos concretos, articulando as dimensões geral, particular e singular das desigualdades e vulnerabilidades. Com base em pesquisas desenvolvidas em diálogo com a geografia crítica e a epidemiologia social, discutiu as categorias de território, territorialização e territorialidade, apontando como diferentes usos sociais do território moldam as condições de vida, as formas de sociabilidade e os modos de adoecer.

A exposição abordou também os processos de violência urbana e exclusão como determinantes estruturais da saúde e a importância de reconhecer o papel histórico das lutas populares e movimentos sociais na promoção da saúde e na construção de alternativas emancipatórias. Enfatizou que a determinação social deve ser compreendida como um pensamento crítico latino-americano em saúde, indissociável de sua dimensão política e da produção de saberes situados.

- **Mesa 7 – Articulação e Comunicação entre os Saberes da Favela e da Saúde Coletiva: fortalecendo as políticas**

A mesa foi iniciada no turno da tarde com a mediação da professora Rosane Sales (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), que apresentou o tema e as participantes, Niedja de Lima e Silva (Ministério da Saúde), Vânia Priscila Santos de Araújo (Quilombo Sete Mocambo – Recife/PE), Zizele Ferreira e Poliana da Silva Nascimento (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG), destacando a proposta de refletir sobre a comunicação como eixo estruturante da pesquisa “Pós-COVID-19 e as favelas brasileiras” e sobre o diálogo entre saberes populares e científicos na formulação de políticas públicas. A mediação remota da mesa ficou sob responsabilidade de Núbia Vieira (UFMG).

Em sua fala de abertura, Rosane explicou que a concepção da mesa surgiu da compreensão de que a comunicação ocupa um lugar central na metodologia participativa da pesquisa, atuando como ponte entre os territórios e o campo da saúde coletiva.

A mediadora recuperou os objetivos gerais e específicos do estudo, enfatizando especialmente os voltados à comunicação: (I) Fortalecer a interação entre comunidades de favela e o campo da saúde coletiva por meio da troca de saberes; (II) Desenvolver estruturas de decisão participativas, garantindo que as deliberações sejam também sociais e culturais; (III) Construir instrumentos acessíveis de comunicação dos resultados, utilizando meios populares como rádios comunitárias, cartazes e redes sociais locais e (IV) Promover o intercâmbio entre comunidade, universidades e gestores públicos, criando canais permanentes de diálogo e políticas baseadas em experiências locais.

Rosane destacou que, nesse contexto, a comunicação é meio, método e ética, sustentando a legitimidade da pesquisa ao traduzir o conhecimento científico em linguagem compreensível e ao devolver resultados à própria comunidade. Apontou que “pesquisar com, e não sobre, as comunidades” é o princípio fundamental da iniciativa, que reconhece a favela como produtora de saberes comunicacionais e culturais.

A mediadora também apresentou as quatro dimensões que orientariam o debate:

1. Comunicação e pesquisa social como instrumento de vínculo e compreensão das realidades locais;
2. Comunicação comunitária e protagonismo, destacando o papel das rádios, coletivos e redes sociais na construção da cidadania;
3. Representação e disputa simbólica, envolvendo quem fala e como fala sobre as favelas;
4. Comunicação como metodologia participativa e princípio ético de devolutiva, expressa em oficinas, rodas de conversa e produções audiovisuais.

A primeira expositora, Niedja de Lima e Silva (Ministério da Saúde), iniciou com uma autodescrição e contextualizou sua atuação na Coordenação de Atenção à Saúde da População Negra, vinculada ao Departamento de Promoção da Saúde. Apresentou o panorama da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009, destacando-a como resposta às desigualdades raciais e estruturais no sistema de saúde brasileiro.

Niedja abordou o racismo como determinante social da saúde, apontando suas expressões estrutural, institucional, ambiental, religioso e cultural. Relacionou esses fatores a indicadores como mortalidade materna e infantil, nos quais mulheres e crianças negras seguem apresentando os maiores índices. Ressaltou que moradia, alimentação, gênero, raça e trabalho são dimensões interdependentes das condições de vida nas favelas e que o enfrentamento ao racismo é condição essencial para a integralidade da atenção.

Apresentou um levantamento recente da Secretaria de Saúde Digital sobre a implementação da PNSIPN nos planos de saúde, mostrando que poucos municípios e estados incorporam ações voltadas à população negra, o que evidencia uma lacuna estrutural. Indicou, ainda, que apenas 18 estados brasileiros contemplam conteúdos sobre saúde da população negra em suas formações profissionais.

Encerrando, Niedja apresentou as prioridades atuais do Ministério da Saúde, entre elas:

- Primeira Infância Antirracista;
- Enfrentamento à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal;
- Saúde das Comunidades Quilombolas;
- Estratégia Antirracista na Saúde (Portaria nº 2.019/2023);
- Boletim Étnico-Racial e Protocolo para Doença Falciforme.

Concluiu afirmando que “o racismo é o principal determinante social da saúde no Brasil” e destacou a importância de fortalecer a articulação entre Estado, universidades e movimentos sociais.

Na sequência, a pesquisadora Wânia Priscila Santos de Araújo, moradora do Quilombo Sete Mocambo (Recife/PE) e bolsista da UFPE no projeto, iniciou sua fala com uma autodescrição e uma saudação musical, entoando canto tradicional de sua comunidade. Apresentou a história do quilombo, fundado por descendentes de sete ex-escravizados às margens do Rio Capibaribe e descreveu o território como espaço de resistência, cultura e cuidado coletivo.

Relatou as ações do grupo local, incluindo a Escola Própria, projeto de educação popular que integra arte, militância e saberes tradicionais, e o Cineclube Quilombo Sete Mocambo, que promove

exibições, rodas de debate e práticas culturais como capoeira, maracatu e percussão. O projeto, premiado pelo programa Periferia Viva (2024), foi citado como exemplo de comunicação popular e saúde comunitária, promovendo autoestima, pertencimento e reflexão crítica.

Priscila enfatizou que “pesquisar com arte e ancestralidade” é forma de comunicar e cuidar, dedicando sua fala à memória de Dona Lia, benzedeira da comunidade, símbolo das perdas irreparáveis da Covid-19, mas também como memória viva da sabedoria ancestral feminina que estrutura o cuidado nas comunidades negras. Relatou a importância simbólica da bolsa de pesquisa em sua trajetória como primeira de sua família a ingressar em uma universidade, afirmando: “Eu já era pesquisadora antes da bolsa, quando me sentava para ouvir as histórias da minha avó e das mulheres do meu quilombo.”

A terceira apresentação foi conduzida pelas pesquisadoras Poliana Silva Nascimento e Zizele Ferreira, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Poliana da Silva Nascimento, liderança jovem da comunidade quilombola de Gurugi (Conde, Paraíba), iniciou sua fala saudando as demais mulheres da mesa, em seguida apresentou o trabalho do grupo de Mulheres Negras Quilombolas e da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste-Amazônia Legal, vinculada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Caleidoscópio (INCT), sediada na UFCG e UFBA.

Descreveu as experiências das mulheres em atividades de beneficiamento de raízes e tubérculos (inhame, macaxeira, batata-doce), produção artesanal de óleos (como o tradicional óleo de batutar) e ações culturais comunitárias. Ressaltou que as mulheres quilombolas são pesquisadoras de seus próprios territórios, portadoras de saberes ancestrais ainda pouco reconhecidos como ciência, e que a incubadora tem por missão visibilizar, registrar e fortalecer essas práticas.

Em seguida, Zizele Ferreira explicou que o projeto Mulheres Negras Quilombola busca identificar barreiras de acesso e permanência universitária, prevenir violências interseccionais e promover tecnologias sociais para apoiar trajetórias científicas de mulheres negras e quilombolas. Destacou o podcast “Mulheres Quilombolas nas Ciências: de Quilombola para Quilombola”, apresentado pela advogada e mestra Nariane Ramos (CONAQ), como tecnologia social de divulgação científica e instrumento de validação comunitária. A pesquisadora ressaltou que o podcast, produzido a partir de escutas e oficinas em comunidades da Paraíba, não “dá voz”, mas reconhece vozes já existentes, traduzindo o protagonismo das mulheres quilombolas na produção de conhecimento.

Durante a apresentação, foram exibidas imagens das oficinas do projeto no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG) e de atividades nas comunidades quilombolas, demonstrando a integração entre comunicação, ciência e ancestralidade.

- **Mesa 8 — As dores e as delícias da amostragem estatística em favelas: desafios metodológicos**

A Mesa 8, última do evento, foi mediada pelo professor Eduardo Magalhães Rodrigues (CESCO/FMABC) e contou com a participação dos pesquisadores Giselson Pereira Alencar (USP) e Rodrigo Tobias (Fiocruz Amazônia), com moderação on-line de Guilherme Rodrigues. A sessão teve como foco a discussão sobre os desafios metodológicos da pesquisa quantitativa do projeto nacional “Pós-Covid-19 e as favelas brasileiras”, abordando a elaboração do plano amostral e a construção coletiva dos instrumentos de coleta de dados.

Na abertura, o mediador contextualizou o tema, destacando que a pesquisa nacional articula duas vertentes, quantitativa e qualitativa-histórica, inspiradas na experiência anterior do projeto local “Covid-19 na favela”, desenvolvido no ABC Paulista. Enfatizou-se que o processo de construção do instrumento quantitativo foi coletivo e participativo, envolvendo representantes de todos os núcleos regionais, pesquisadores e lideranças comunitárias, o que demandou cerca de um ano de discussões para sua consolidação.

Em sua apresentação, Eduardo abordou as dificuldades de adequar metodologias estatísticas convencionais à realidade das favelas, ressaltando que “a estatística, tal como foi formulada, parece não ter sido feita para estudar periferias”. Mencionou exemplos como o Morro da Kibom, em Santo André (SP), que não aparece como unidade autônoma no Censo do IBGE. Destacou, ainda, que parte das comunidades estudadas, assim como Heliópolis (SP), não está integralmente representada nas

bases censitárias oficiais, o que impõe a necessidade de revisões metodológicas e aproximações com os saberes locais.

Ao citar a fala de uma representante da UNAS-Heliópolis, o professor observou que “o censo do IBGE parece que não serve para Heliópolis”, o que revela o apagamento estatístico das periferias e a invisibilidade histórica das populações que nelas vivem. Essa ausência de representação numérica traduz a permanência das iniquidades em saúde e reforça a necessidade de “superar o olhar técnico” para incorporar a dimensão política e histórica da produção de conhecimento.

Na sequência, Giselson Pereira Alencar, professor do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP, apresentou o plano amostral da pesquisa nacional, detalhando o processo de definição das áreas de estudo, a utilização das bases do IBGE (Censo 2022) e as etapas de atualização territorial conduzidas em parceria com os núcleos locais. Partindo da constatação de que “a estatística não foi feita para estudar periferias”, o pesquisador explicou que a proposta inicial buscou seguir modelos probabilísticos de amostragem, mas que as limitações de cobertura territorial, ausência de mapas precisos e inconsistências nos dados oficiais levaram à adoção de uma amostragem não probabilística, e sim por cotas, estratificada por sexo e faixa etária, apoiada em dados do IBGE, mas ajustada segundo o conhecimento empírico das comunidades.

O expositor ressaltou que o levantamento de campo exige compreender a estrutura física, social e política de cada localidade e que a participação das comunidades é indispensável tanto para garantir acesso quanto para aprimorar a representatividade dos dados. Abordou também os desafios logísticos de percorrer setores censitários em territórios extensos, a dificuldade de delimitação geográfica das favelas e a necessidade de arrolamento prévio de domicílios para atualização das informações.

Durante sua exposição, o pesquisador apresentou exemplos comparativos entre Heliópolis (SP) e Riacho Doce (AM), demonstrando como as configurações territoriais distintas impactam a construção das amostras e evidenciam a heterogeneidade das favelas brasileiras. Destacou que, embora os dados do IBGE sejam parciais, ainda constituem referência fundamental para estabelecer proporções e calibrar estimativas, especialmente em contextos de ausência de informações primárias.

O pesquisador Rodrigo Tobias apresentou, na sequência, a experiência da Fiocruz Amazônia com o uso de amostragens híbridas e adaptativas em territórios de difícil acesso. Descreveu a aplicação dessas metodologias em comunidades urbanas e ribeirinhas, enfatizando a importância da integração entre equipe técnica e lideranças locais na definição dos parâmetros de campo. Também relatou os desafios relacionados à ausência de cadastros oficiais e à vulnerabilidade das equipes durante a coleta de dados em áreas periféricas.

Na conclusão da mesa, foi reiterada a importância de integrar o olhar técnico e o olhar político na formulação de metodologias de pesquisa em saúde coletiva, reconhecendo as especificidades dos territórios populares e a necessidade de construir modelos estatísticos socialmente situados. Enfatizou-se que a participação ativa das lideranças locais e jovens pesquisadores das comunidades é condição essencial para a produção de conhecimento comprometido com a realidade periférica.

A mesa encerrou-se com agradecimentos da equipe organizadora e convite para a atividade cultural de encerramento do evento.

- **Encerramento - Apresentação e bate-papo com grupo Impacto Agasias e Jovens de Heliópolis**

O encontro foi encerrado com a apresentação cultural do grupo Impacto Agasias e Jovens de Heliópolis. A performance, construída por jovens artistas da comunidade, traduziu em corpo e voz os temas que atravessaram os dois dias do encontro. Entre poemas, dança e música, o grupo transformou a experiência do pós-Covid em arte política, reafirmando a juventude como sujeito de transformação e herdeira das memórias de resistência das gerações anteriores.

A arte, nesse contexto, não foi apenas encerramento simbólico do evento, mas continuação da pesquisa por outros meios, uma tradução sensível do que a estatística não alcança. Sintetizou, em chave estética e política, o sentido coletivo do encontro: reafirmar a potência dos territórios populares como espaços produtores de conhecimento, cultura e saúde.

*Dia 11 de outubro – Manhã*

- **Reunião de Fechamento (apenas para pesquisadores do projeto)**

A reunião de encerramento destinou-se à reflexão interna sobre os aprendizados do evento, reunindo pesquisadoras(es) dos diferentes núcleos regionais. Foram discutidas estratégias de comunicação, ética na autoria compartilhada, planejamento de campo e articulação entre equipes e territórios. Os participantes enfatizaram a necessidade de aperfeiçoar a linguagem pública da pesquisa, fortalecer a coautoria com representantes comunitários, qualificar os instrumentos quantitativos e ampliar os canais de interlocução entre universidade e território.

Como encaminhamento prático, foi acordada a elaboração de um material avaliativo a ser aplicado entre os participantes do evento, com o objetivo de coletar impressões sobre o processo comunicacional, a acessibilidade das informações e a efetividade das estratégias de devolutiva científica e comunitária. Essa iniciativa busca subsidiar o aprimoramento das práticas de comunicação do projeto, promovendo uma circulação mais democrática dos resultados e aprendizagens.

Destacou-se ainda a importância do “acampamento de pesquisa” como momento privilegiado de produção coletiva de conhecimento. A reunião reafirmou o compromisso ético e político do projeto com a co-produção e a tradução do conhecimento, princípios fundamentais para consolidar uma pesquisa transformadora, participativa e socialmente enraizada.

#### **IV. Síntese Analítica e Eixos Transversais**

A síntese analítica das mesas e debates realizados no Encontro Nacional do projeto “Pós-COVID-19 e as favelas brasileiras” evidencia a complexidade e a transversalidade das questões que atravessam as experiências de saúde, vida e resistência nos territórios populares.

Ao longo das apresentações, emergiu de modo consistente a compreensão de que a pandemia de COVID-19 não constituiu um evento isolado ou excepcional, mas um epifenômeno das crises estruturais, ambientais, políticas e civilizatórias do capitalismo contemporâneo. Corpos já marcados por doenças endêmicas, privações cotidianas e exclusão territorial foram os primeiros a sucumbir, ontem e hoje. Essa constatação revela a natureza classista do processo saúde-doença, onde o vírus (seja ele qual for) age sobre territórios racializados e historicamente explorados.

O chamado “pós-pandemia” não representa, portanto, um retorno à normalidade, mas um prolongamento e reconfiguração das contradições sociais que determinam o processo saúde-doença e os modos de vida nas favelas brasileiras.

A partir da leitura coletiva produzida durante o evento, é possível sistematizar os eixos transversais que estruturaram as falas, reflexões e debates, compreendidos em quatro dimensões interdependentes: estrutural, territorial, existencial e epistemológica.

##### *1. Dimensão Estrutural – Determinação Social da Saúde e Crise Sistêmica*

As mesas reafirmaram o papel central da determinação social da saúde como chave analítica para compreender a pandemia e seus desdobramentos. As desigualdades históricas de classe, raça e gênero, somadas ao desmonte das políticas públicas e ao avanço da lógica neoliberal, configuram o pano de fundo sobre o qual a COVID-19 se expandiu e produziu seus efeitos mais devastadores.

O racismo estrutural foi reiteradamente reconhecido como principal determinante social da saúde no Brasil, sendo apontado pelas participantes da mesa “Saúde Antirracista nas Favelas Brasileiras” como um eixo transversal que atravessa desde o acesso ao cuidado até as políticas públicas.

A desigualdade racial foi analisada em conexão com a precarização do trabalho, a insegurança alimentar, a violência do Estado e o desfinanciamento do SUS, intensificados pelas políticas de austeridade fiscal (EC 95 e novo arcabouço).

Essa leitura sustenta a compreensão de que o pós-Covid deve ser interpretado como continuidade de um processo histórico de vulnerabilização social, no qual a crise sanitária atua como reveladora e aceleradora das crises do capital. Assim, o enfrentamento do pós-pandemia exige ações estruturais, políticas e econômicas que incidam sobre os determinantes históricos da desigualdade e não apenas sobre seus efeitos imediatos.

## *2. Dimensão Territorial — Impactos Sociopolíticos e Potências Comunitárias*

O território foi tratado como categoria analítica e política, revelando-se tanto o espaço de expressão das desigualdades quanto de emergência das práticas de resistência e solidariedade. As experiências apresentadas nas mesas “A Favela na Saúde Coletiva” e “Articulação e Comunicação entre os Saberes da Favela e da Saúde Coletiva” demonstraram que as respostas comunitárias à pandemia foram mais do que ações emergenciais: constituíram formas alternativas de gestão da vida e de produção de políticas públicas a partir de baixo.

As redes de solidariedade, as cozinhas comunitárias, as rádios populares, os cineclubes e as escolas próprias surgiram como tecnologias sociais que articularam comunicação, cuidado e participação. Tais práticas se mantêm ativas no pós-pandemia, configurando modelos de governança local (autogestão contra hegemônica) que desafiam a lógica centralizadora do Estado e propõem um modo de planejar políticas públicas territorializadas, horizontais e intersetoriais.

Nessa perspectiva, as favelas deixam de ser tratadas como “zonas de carência” e passam a ser reconhecidas como espaços produtores de conhecimento e de inovação social, fundamentais para a construção de uma saúde coletiva realmente nacional e inclusiva.

## *3. Dimensão Existencial — Cuidado, Saúde Mental e Produção da Vida*

As discussões sobre saúde mental, sofrimento social e cuidado estiveram presentes de forma transversal em várias mesas, revelando os impactos psíquicos e sociais duradouros da pandemia. A precarização das condições de vida, o luto coletivo, o medo e a solidão foram compreendidos como expressões subjetivas de processos históricos e estruturais.

As experiências relatadas por lideranças comunitárias e pesquisadoras (como as de Natália Tatanca e Priscila) destacaram que o cuidado nas favelas é um ato político, sustentado por redes de mulheres, saberes tradicionais e práticas culturais. A ancestralidade, a espiritualidade afro-brasileira e indígena e as pedagogias comunitárias foram tratadas como dimensões legítimas da promoção da saúde e da reconstrução da vida no pós-pandemia.

Essa dimensão evidencia que o enfrentamento das crises sanitárias e sociais exige reconhecer o cuidado como categoria política e ética, ampliando o conceito de saúde para incluir as condições de reprodução social, as relações de gênero e a valorização das práticas de solidariedade e autogestão.

## *4. Dimensão Epistemológica — Comunicação, Participação e Produção Social do Dado*

Outro eixo transversal que atravessou as mesas foi o da produção e circulação do conhecimento. As experiências apresentadas mostraram que a pandemia expôs não apenas desigualdades materiais, mas também assimetrias epistêmicas, quem produz o conhecimento, quem o valida e para quem ele serve.

As mesas dedicadas à comunicação e metodologia mostraram que a pesquisa participativa e a comunicação popular são componentes éticos e políticos da produção científica. O debate sobre os desafios da amostragem estatística em favelas (Mesa 8) destacou a necessidade de superar o mito da neutralidade científica, reconhecendo que os métodos e indicadores convencionais não foram criados para captar as realidades periféricas.

As experiências com rádios comunitárias, oficinas, podcasts e cineclubes reforçaram a importância da devolutiva social e da tradução do conhecimento científico em linguagem acessível, garantindo que os resultados da pesquisa retornem às comunidades e se transformem em instrumentos de luta e incidência política.

Essa dimensão epistemológica redefine a ciência como processo coletivo, situado e decolonial, no qual o diálogo entre saberes populares e científicos é condição para a construção de políticas públicas legítimas e eficazes.

## *5. Eixo Integrador — Crise Civilizatória e Reconstrução do Comum*

A leitura transversal das mesas aponta que o pós-pandemia deve ser compreendido também como crise civilizatória, em que se confrontam duas racionalidades: (a) de um lado, a racionalidade neoliberal, que privatiza o risco, mercantiliza a vida e fragmenta o comum; (b) de outro, as racionalidades solidárias, comunitárias e emancipatórias, que emergem das favelas como formas de reconstrução do comum.



antirracistas, capazes de reconhecer as desigualdades estruturais de raça, gênero, classe e território como eixos determinantes do processo saúde-doença.

Entre os principais aprendizados e proposições coletivas, destacam-se:

- Fortalecer as redes de comunicação comunitária e científica, ampliando o acesso às informações e garantindo a devolutiva pública dos resultados da pesquisa às populações participantes;
- Consolidar mecanismos de formação e bolsas de pesquisa voltados a jovens, mulheres e lideranças das próprias comunidades, reconhecendo o papel da favela como sujeito produtor de ciência e política pública;
- Integrar dimensões negligenciadas do cuidado, como saúde mental, segurança alimentar, meio ambiente, cultura e trabalho, às análises e práticas territoriais no contexto pós-pandêmico;
- Aprofundar a articulação entre Estado, universidades e movimentos sociais, promovendo a institucionalização das experiências comunitárias como referência para o fortalecimento do SUS e das políticas de base territorial.

Como desdobramentos imediatos, propõe-se a continuidade das oficinas territoriais de formação e escuta comunitária, o fortalecimento dos observatórios locais de saúde, e o aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta e sistematização de dados, de modo a potencializar o caráter participativo, intersetorial e descentralizado do projeto.

O encontro também gerou impactos institucionais significativos, ampliando o diálogo entre saberes acadêmicos e populares e fortalecendo o caráter colaborativo e interinstitucional que define a rede nacional do projeto "Pós-COVID-19 e as favelas brasileiras".

Mais do que um espaço de apresentação de resultados, o evento constituiu-se como um exercício coletivo de reflexão crítica sobre o pós-pandemia, no qual ciência, território e luta social se entrelaçam na defesa do SUS, da saúde coletiva e da vida digna nas favelas brasileiras.

## MATERIAIS IMPRESSOS E ONLINE:



**ENCONTRO FAVELA E SAÚDE COLETIVA**

PÓS-COVID-19 E AS FAVELAS BRASILEIRAS  
NO ENFRENTAMENTO DESTE EPIFENÔMENO E DAS CRISES  
CONTEMPORÂNEAS

DATA: 09 E 10 DE OUTUBRO DE 2025  
LOCAL: FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA/USP, SP -  
ANFITEATRO JOÃO YUNES

- EVENTO ABERTO AO PÚBLICO\*
- FORMATO HÍBRIDO
- TRANSMISSÃO AO VIVO PELO CANAL DA FSP - USP NO YOUTUBE
- EMISSÃO DE CERTIFICADO AOS SOLICITANTES

\*AS VAGAS SÃO LIMITADAS E O ACESSO SE DARÁ POR ORDEM DE CHEGADA

**PARTICIPE**

**COLETIVO**

Logos: CNPq, Universidade de São Paulo, Governo Federal, CAPES, CESCO, PÓS COVID-19 E AS FAVELAS BRASILEIRAS, UFAM, PUC, UFG, Unifor, UFRGS, UFMG, FIOCRUZ, Universidade Federal de Pernambuco, FMABC.

Instagram



Instagram

Entrar Cadastre-se

projetcovidnafavela e fsp.usp

projetcovidnafavela Editado • 23 a o sem

Vem aí o Encontro Favela e Saúde Coletiva!

Dias 9 e 10 de outubro de 2025, na Faculdade de Saúde Pública da USP, vamos discutir os desafios pós-COVID-19 nas favelas brasileiras e o papel desses territórios no enfrentamento das crises contemporâneas.

- Evento aberto ao público, com vagas limitadas e entrada por ordem de chegada.
- Local: Faculdade de Saúde Pública/USP, SP - Anfiteatro João Yunes.
- Formato Híbrido - Transmissão ao vivo pelo canal da FSP-USP no YouTube para quem não puder comparecer.
- Emissão de certificado aos

144 6 24 de setembro de 2025

Entrar para curtir ou comentar.

<https://www.fsp.usp.br/site/noticias/mostra/64470>

[https://www.instagram.com/p/DO\\_7AoBESvp/](https://www.instagram.com/p/DO_7AoBESvp/)

<https://covidnafavela.com.br/pdfs/Newsletter%20edi%C3%A7%C3%A3o%20Dezembro25.pdf>

<https://www.youtube.com/live/6f1FusaeMGo>

## **EDITAL E PÔSTERES:**



<https://www.fsp.usp.br/site/wp-content/uploads/2025/07/edital-submissao-de-trabalhois.pdf>

## **ALGUNS REGISTROS:**



**EQUIPE RESPONSÁVEL:**  
Cecília Kayano Morais  
Eduardo Magalhães Rodrigues  
Marco Akerman  
Maria Cristina Franceschini  
Monica Silva Dias  
Silmara Conção